

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 14\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 6\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescido de 20%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País	250\$00	150\$00
Para o estrangeiro	450\$00	370\$00
AVULSO: por cada duas páginas	2\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que forem depois da data fixada ficam fora para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto-Lei n.º 41/75:

Reconhece o Grupo de Acção Sindical como única organização pró-sindical de Cabo Verde, manda destituir todas as direcções sindicais actualmente existentes e revoga a legislação anterior na parte que contraria o presente diploma.

Decreto-Lei n.º 42/75:

Estabelece novas normas sobre a distribuição e ocupação das casas do Estado.

Decreto-Lei n.º 43/75:

Extingue a Comissão de Orientação e Dinamização dos Serviços de Saúde.

Decreto-Lei n.º 44/75:

Extingue a Direcção-Geral de Medicina Curativa.

Decreto n.º 45/75:

Cria diversos lugares na Direcção Nacional do Comércio.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO:

Portaria n.º 20/75:

Approva a deliberação tomada por unanimidade pela Comissão Administrativa do concelho de S. Vicente.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA:

Despacho:

Mandando transitar para o quadro do pessoal da Direcção Nacional do Comércio, vários funcionários dos extintos Serviços de Economia.

Gabinete do Primeiro-Ministro:

Direcção Nacional da Administração Interna.

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública.

Administração da Imprensa Nacional.

Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

Direcção Nacional de Educação.

Ministério de Transportes e Comunicações:

Direcção Nacional de Correios e Telecomunicações.

Transportes Aéreos de Cabo Verde.

Ministério das Finanças:

Direcção Nacional de Finanças.

Ministério de Saúde e Assuntos Sociais:

Provedoria de Assistência Pública.

Ministério das Obras Públicas:

Repartição de Gabinete.

Ministério da Agricultura e Aguas:

Direcção Nacional de Agricultura, Florestas e Pecuária.

Ministério da Justiça:

Repartição de Gabinete.

Conselho Nacional de Justiça.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 41/75

de 3 de Novembro

Considerando que todas as organizações sindicais actualmente existentes em Cabo Verde nasceram e estruturaram-se sob o regime colonial-fascista e que os estatutos que as regem se encontram impregnados de princípios corporativistas, contrários à nova ordem política e jurídica da República de Cabo Verde;

Considerando que se impõe uma orientação sindical de acordo com as necessidades da reconstrução nacional e dentro do princípio da participação dos trabalhadores, através das suas organizações de classe, na vida económica e política do País;

Considerando que a quase totalidade das direcções sindicais existentes se têm mostrado incapazes de uma correcta inserção neste novo espírito e que, além disso, não têm merecido a confiança dos trabalhadores;

Considerando que o Grupo de Acção Sindical tem desenvolvido a mobilização e a consciencialização sindical de largos sectores de trabalhadores não sindicalizados, de acordo com a nova realidade política e sócio-económica do País;

No uso da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Para todos os efeitos legais, designadamente aquisição de personalidade jurídica, é reconhecido como única organização pró-sindical de Cabo Verde, o Grupo de Acção Sindical, que desde já fica constituído em Comissão Organizadora dos Sindicatos Caboverdeanos.

Art. 2.º — 1. Sem prejuízo das suas responsabilidades, são destituídas, a partir da data de publicação do presente diploma, todas as direcções sindicais actualmente existentes em Cabo Verde.

2 — No mais curto espaço de tempo deve o Grupo de Acção Sindical — Comissão Organizadora dos Sindicatos Caboverdeanos nomear comissões administrativas provisórias para dirigir os sindicatos existentes, incumbindo especialmente às mesmas:

- a) Verificar as contas no processo de transmissão de responsabilidades pelas direcções cessantes;
- b) Gerir os fundos e bens dos sindicatos;
- c) Garantir a continuidade da acção social praticada pelos sindicatos.

Art. 3.º Até à publicação pelo Governo da lei sindical, são juridicamente reconhecidas todas as estruturas organizadoras dos trabalhadores criadas pelo Grupo de Acção Sindical — Comissão Organizadora dos Sindicatos Caboverdeanos.

Art. 4.º Fica revogada a legislação anterior em tudo o que contrarie o presente diploma.

Art. 5.º As dúvidas e casos omissos resultantes da execução deste decreto-lei serão resolvidos por despacho do Primeiro Ministro.

Art. 6.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Silvino da Luz — Osvaldo Lopes da Silva — Amaro da Luz — Sérgio Centeio — Silvino Lima — David Hopffer Almada.

Promulgado em 29 de Outubro de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, em exercício, ABÍLIO DUARTE.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular.

Decreto-Lei n.º 42/75

de 3 de Novembro

Considerando a carência de casas para moradia no nosso País;

Considerando a necessidade urgente de instalar os camaradas titulares de determinados cargos e funções, em condições de segurança e facilidade de contacto com os órgãos superiores do Estado;

Sendo necessário disciplinar em bases sérias e seguras a distribuição e ocupação das casas do Estado;

Tendo em vista a criação de fundos para o fomento de construção de novas moradias;

No uso da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Todas as casas do Estado passam a estar na dependência directa do Ministério das Finanças.

Art. 2.º Têm direito a habitar residências oficiais as seguintes entidades:

- a) Presidente da República;
- b) Presidente da Assembleia Nacional Popular;
- c) Membros do Governo;
- d) Secretário-Geral do Ministério da Defesa e Segurança Nacional;
- e) Comandante-Geral das FARP;
- f) Comissário Político Nacional das FARP e Milícias;
- g) Presidente do Conselho Nacional de Justiça;
- h) Procurador-Geral da República;
- i) Delegados do Governo nos concelhos.

Art. 3.º Deve ser dada prioridade na distribuição das moradias do Estado:

- a) Aos Comandantes das FARP;
- b) Aos Comandantes das Regiões Militares;
- c) Aos Juizes do Conselho Nacional de Justiça;
- d) Aos Directores Nacionais;
- e) Aos Chefes de Gabinete;
- f) Aos Directores-Gerais.

Art. 4.º Não gozam do direito estabelecido no artigo anterior os referidos servidores do Estado que possuam casa própria.

Art. 5.º O Governo porá à disposição do PAIGC, em cada concelho, um número de casas, a determinar conforme os casos, para seu uso e fruição.

Art. 6.º Compete ao Ministério das Finanças, por intermédio do Departamento do Património do Estado, dar execução ao disposto no presente Decreto-Lei.

Art. 7.º Fica revogado o Decreto-Lei n.º 32/75, de 3 de Maio, em tudo o que contrarie o presente diploma.

Art. 8.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Silvino da Luz — Osvaldo Lopes da Silva — Amaro da Luz — Manuel Faustino — Sérgio Centeio — Silvino Lima — David Hopffer Almada.

Promulgado em 29 de Outubro de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, em exercício, ABÍLIO DUARTE.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular.

**Decreto-Lei n.º 43/75
de 3 de Novembro**

A Comissão de Orientação e Dinamização dos Serviços de Saúde criada pelo Decreto-Lei n.º 50/75, de 31 de Maio, teve por missão dirigir os hospitais da Praia e S. Vicente e colaborar na reestruturação dos Serviços de Saúde;

Uma vez que, actualmente essas funções passam a ser desempenhadas por organismos permanentes do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, a existência da referida Comissão deixou de ter razão de ser;

Assim,

No uso da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como Lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É extinta a Comissão de Orientação e Dinamização dos Serviços de Saúde.

Art. 2.º — Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Silvino da Luz — Oswaldo Lopes da Silva — Amaro da Luz — Manuel Faustino — Sérgio Centeio — Silvino Lima — David Hopffer Almada.

Promulgado em 29 de Outubro de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, em exercício, ABÍLIO DUARTE.

**Decreto-Lei n.º 44/75
de 3 de Novembro**

Considerando a necessidade de se proceder a adaptações que coincidam com a disponibilidade actual em quadros médicos, de molde a conseguir-se um equilíbrio entre as funções de direcção e a assistência médica à população;

No uso da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É extinta a Direcção-Geral de Medicina Curativa.

Art. 2.º — As funções atribuídas à Direcção-Geral de Medicina Curativa ora extinta passam a ser desempenhadas pela Direcção-Geral da Saúde Pública.

Art. 3.º — O servidor que exercia o cargo de Director-Geral de Medicina Curativa transita para a Direcção Nacional de Saúde, indo ocupar o lugar de Director Nacional.

Art. 4.º — Este Decreto-Lei entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Silvino da Luz — Oswaldo Lopes da Silva — Amaro da Luz — Manuel Faustino — Sérgio Centeio — Silvino Lima — David Hopffer Almada.

Promulgado em 29 de Outubro de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, em exercício, ABÍLIO DUARTE.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular.

**Decreto n.º 45/75
de 3 de Novembro**

A criação da Direcção Nacional do Comércio pelo Decreto-Lei n.º 4/75, no seu artigo 2.º, alínea b), n.º 3 implica a extinção tácita dos Serviços de Economia.

Parte do pessoal que servia naqueles Serviços — funcionários do quadro e assalariados do Fundo de Comercialização — foi integrada já na Empresa Pública de Abastecimento e noutros Departamentos Oficiais.

Há que definir a situação dos que ainda o não foram por forma a assegurar-lhes a continuação da função, para o que se torna necessário organizar o quadro do pessoal da referida Direcção Nacional, ao mesmo tempo que importa dar-lhe uma estrutura adequada à prossecução da finalidade para que foi criada.

Assim,

No uso da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo, o seguinte:

Artigo 1.º São criados na Direcção Nacional do Comércio os lugares constantes do mapa anexo ao presente decreto, de que faz parte integrante.

Art. 2.º Os funcionários e assalariados dos extintos Serviços de Economia e Fundo de Comercialização ainda não integrados, transitarão mediante relação nominal constante de despacho do Ministro da Economia e sem quaisquer outras formalidades, incluindo as de visto e posse, para lugares do quadro criado pelo artigo que antecede.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Silvino da Luz — Oswaldo Lopes da Silva.

Promulgado em 29 de Outubro de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, em exercício, ABÍLIO DUARTE.

Mapa anexo ao Decreto n.º 45/75

1 Director Nacional	E
1 Director Nacional Adjunto	E
1 Director Regional	F
1 Inspector	G
1 Adjunto Técnico	H
1 Sub-Inspector	J
2 Chefes de Secção	J
3 Primeiros Oficiais	L
3 Agentes de Inspeção de 1.ª classe	M
3 Segundos Oficiais	N
4 Agentes de Inspeção de 2.ª classe	Q
2 Terceiros Oficiais	Q
3 Escriturários	T
1 Condutor	T
2 Dactilógrafos	U
1 Contínuo	X
1 Encarregado da limpeza	Y
5 Serventes	Z

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Portaria n.º 20/75

de 3 de Novembro

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Primeiro Ministro, que seja homologada a deliberação tomada, por unanimidade, pela Comissão Administrativa do concelho de S. Vicente, na sua sessão ordinária de 25 de Setembro do corrente ano, que aprova o 1.º orçamento suplementar ao ordinário vigente, com:

RECEITA ORDINÁRIA

Capítulo 1.º, divisão 1.ª, artigo 3.º, alínea d) — Quota-parte dos adicionais municipais retidos pela Fazenda em 1974	1 649 156\$00
Capítulo 6.º, divisão 1.ª, artigo 43.º — Participação do Governo, respeitante a 1974, para compra de um grupo electrogéneo e remodelação da Central Eléctrica	500 000\$00
Artigo 44.º — Saldo do orçamento ordinário para 1974, depois de deduzida a importância de 1 419 012\$90, inscrita no orçamento para 1975, como Fundo de Fomento	3 292 512\$54
Soma	5 441 668\$54

RECEITA EXTRAORDINÁRIA

Capítulo único, divisão única, artigo 45.º — Saldo da amortização do custo de um grupo electrogéneo	35 036\$90
Artigo 46.º — Saldo da empreitada da electrificação da cidade do Mindelo, à INEL	105 610\$40
Artigo 47.º — Saldo dos trabalhos de desactivação do cemitério velho e construção de um ossário no cemitério de Nossa Senhora da Piedade	6 390\$20
Artigo 48.º — Saldo da montagem e adaptação da Central Eléctrica	16 377\$60
Artigo 49.º — Saldo da electrificação do bairro do Madeiralzinho	313\$32
Artigo 50.º — Saldo da electrificação dos quintais da Millers	382 409\$88
Artigo 51.º, alínea d) — Saldo da electrificação dos troços da avenida marginal	515 653\$30
Artigo 52.º — Saldo da aquisição e montagem de postos de transformação	59 270\$00
Soma	1 121 061\$60
Total geral	6 562 730\$14

DESPESA ORDINÁRIA

Capítulo 1.º — Despesas gerais:

Divisão 1.ª — Secretaria, tesouraria, fiscalização:

Artigo 1.º — Despesas com o pessoal (reforços):	
Alínea c) — Quadro do pessoal assalariado	26 760\$00
Alínea d) — Quadro do pessoal de fiscalização	10 920\$00

Artigo 2.º — Outras despesas com o pessoal:

Alínea b) — Transportes e passagens (reforço) ... 30 000\$00

Alínea c) — Duplicação de vencimentos (reforço) ... 10 000\$00

Alínea f) — Remunerações diárias a um servente dos Paços do Concelho ... 40\$00

Artigo 4.º — Despesas de conservação e aproveitamento:

Alínea b) — De máquinas, aparelhos, instrumentos, utensílios (reforço) ... 2 000\$00

Artigo 6.º — Despesas de higiene, saúde e conforto:

Alínea b) — Luz, água, lavagem e outras despesas (reforço) ... 5 000\$00

Artigo 7.º — Despesas com comunicações:

Alínea b) — Correspondência telegráfica (reforço) ... 1 500\$00

Alínea f) — Conservações telefónicas com o exterior (reforço) ... 3 000\$00

Divisão 3.ª — Pensões, cotas e subsídios:

Artigo 11.º — Subsídios:

Alínea m) — Assistência a trabalhadores inválidos (reforço) ... 8 000\$00

Artigo 13.º — Aposentações (reforços):

Alínea b) — Marinho Sousa Ramos ... 2 400\$00

Alínea e) — Torquato Carlos Lima ... 6 000\$00

Alínea f) — João Oliveira Santos ... 5 419\$00

Alínea h) — Joana Maria Maurício ... 6 000\$00

Alínea i) — Leandro José Fortes ... 3 600\$00

Alínea j) — José Brito Faria ... 6 000\$00

Alínea l) — João António da Graça ... 6 000\$00

Alínea n) — Francisco Inácio Leite ... 6 000\$00

Alínea o) — Joaquim Jesus Monteiro ... 2 400\$00

Alínea p) — Alberto Manuel da Luz ... 6 000\$00

Alínea q) — Benjamim José Rodrigues ... 2 400\$00

Alínea r) — Pedro João dos Santos ... 3 600\$00

Alínea s) — Júlio Nascimento Rocha ... 3 600\$00

Alínea t) — João Ferreira Lima ... 2 400\$00

Artigo 13.º-A — Pensão de aposentação ao tesoureiro António Cândido Salomão ... 30 747\$00

Artigo 13.º-B — Pensão de aposentação ao chefe de secção António Pereira da Silva ... 29 341\$00

Artigo 13.º-C — Pensão de aposentação ao encarregado do Depósito Municipal Manuel Jesus Costa ... 17 600\$00

Artigo 13.º-D — Pensão de aposentação ao carcereiro da Cadeia Civil Laurindo Araújo ... 19 200\$00

Capítulo 2.º — Despesas com construções e obras novas:

Divisão 1.ª, artigo 14.º — Construção do fixe e conclusão da ampliação do edifício da Central eléctrica (reforço) ... 200 000\$00

Capítulo 3.º — Despesas de conservação e reparação de construções:

Divisão 1.ª, artigo 15.º — Reparação e conservação de edifícios municipais (reforço) ... 50 000\$00

Divisão 2.ª, artigo 16.º — Reparação e conservação de praças, ruas e passeios (reforço) ... 10 000\$00

Divisão 5.ª, artigo 19.º — Obras de reparação e conservação de esgotos (saneamento) — Reforço ... 30 000\$00

Capítulo 4.º — Manutenção de automóveis e camionetes

Divisão única, artigo 23.º — Despesas com o pessoal (reforços):			
Alínea a) — Pessoal contratado	33 480\$00		Alínea b) — Combustíveis (reforço) ... 1 000 000\$00
Alínea b) — Pessoal assalariado	46 080\$00		Alínea c) — Lubrificantes (reforço) ... 100 000\$00
Artigo 24.º — Outras despesas com pessoal (reforço)	41 080\$00		Alínea e) — Lâmpadas e seus acessórios 5 000\$00
Artigo 26.º — Material de consumo corrente:			Artigo 55.º-A — Combustível — Exercício findo
Alínea a) — Combustível (reforço) ...	50 000\$00		1 300 000\$00
Capítulo 5.º — Despesas com assistência sanitária:			Artigo 56.º — Outros encargos:
Divisão 1.ª — Assistência médica:			Alínea c) — Seguro do pessoal da Oficina, rede e máquinas (reforço) ... 13 301\$70
Artigo 29.º — Hospitalização, assistência médico-cirúrgica e serviços de enfermagem ao pessoal (reforço)	40 000\$00		Alínea d) — Telefone (reforço) 2 000\$00
Artigo 30.º — Medicamentos (reforço) ...	10 000\$00		Alínea e) — Água à JAIDA para refrigeração de motores (reforço) ... 11 500\$00
Capítulo 2.º — Higiene e salubridade:			Divisão 4.ª — Serviços de abastecimento de água:
Artigo 31.º — Serviços de limpeza pública — Despesas com o pessoal (reforços):			Artigo 57.º — Despesas com o pessoal:
Alínea a) — Pessoal contratado	10 920\$00		Alínea a) Pessoal contratado (reforço) 9 000\$00
Alínea b) — Pessoal assalariado	20 640\$00		Alínea b) Pessoal assalariado (reforço) 20 160\$00
Artigo 32.º — Remunerações diárias ao pessoal empregado na limpeza da cidade e arredores (reforço)	8 000\$00		Artigo 59.º-A — Água de poços fornecida às sentinas e para regas
Artigo 34.º — Pessoal eventual empregado nas sentinas (reforço)	5 000\$00		40 000\$00
Capítulo 8.º — Despesas com serviços e estabelecimentos públicos ou de utilidade pública:			Divisão 5.ª — Serviços de arborização e jardinagem:
Divisão 1.ª — Administração do concelho:			Artigo 63.º — Despesas com o pessoal (reforço):
Artigo 39.º — Remunerações certas ao pessoal (reforço):			Alínea a) Pessoal contratado 9 480\$00
Alínea a) — Pessoal vitalício	11 160\$00		Alínea b) Pessoal assalariado 11 500\$00
Alínea b) — Pessoal assalariado	15 360\$00		Artigo 65.º — Outras despesas com o pessoal 21 960\$00
Divisão 2.ª — Cadeia Civil:			Artigo 68.º — Material de consumo corrente:
Artigo 46.º, alínea a) — Despesas com o pessoal (reforço) — 1 carcereiro	22 000\$00		Alínea c) Fios e outros para atar plantas (reforço) 500\$00
Alínea b) — Pessoal assalariado	33 120\$00		Alínea d) Adubos, insecticidas, sementes, plantas e outros (reforço) ... 1 000\$00
Artigo 46.º-A — Vencimentos em dívida aos ajudantes de carcereiro, Luís A. Silva e Luís Doroteia Delgado, por acumulação, respeitante a 1973—Exercício findo	900\$00		Divisão 6.ª — Serviços do curral do concelho e do aprisco:
Artigo 48.º — Despesas com comunicações — Telefone (reforço)	1 500\$00		Artigo 70.º — Despesas com o pessoal (reforço) — Pessoal assalariado 22 000\$00
Artigo 49.º — Despesas de higiene, saúde e conforto—Luz, água, lavagem, limpezas e outras despesas (reforço)	30 000\$00		Artigo 72.º — Material de consumo corrente — Artigos de expediente, livros e cadernetas (reforço) 500\$00
Divisão 3.ª — Serviços de produção e distribuição de energia eléctrica:			Divisão 7.ª — Serviços dos mercados agrícolas e de peixe:
Artigo 50.º, alínea a) — Serviços de fiscalização (reforço)	33 480\$00		Artigo 74.º — Despesas com o pessoal:
Serviços administrativos (reforço).	47 880\$00		Alínea a) Pessoal contratado (reforço) 13 080\$00
Alínea b) — Pessoal assalariado (reforço)	26 000\$00		Alínea b) Pessoal assalariado (reforço) 21 960\$00
Artigo 52.º — Outras despesas com pessoal (reforço)	25 000\$00		Artigo 75.º — Remunerações diárias ao pessoal empregado na limpeza do mercado agrícola 90\$00
Artigo 53.º — Aquisição de utilização permanente:			Artigo 80.º — Despesas de higiene, saúde e conforto — Luz, água, lavagem, limpeza, mangueiras e outras despesas (reforço) 2 500\$00
Alínea a) — Máquinas, aparelhos, instrumentos, utensílios e sobressalentes	500 000\$00		Divisão 8.ª — Serviços de matadouro e talho:
Artigo 54.º — Despesas de conservação e aproveitamento — Reparação e conservação de máquinas e da rede (reforço) 530 000\$00			Artigo 81.º — Despesas com o pessoal — 1 guarda do matadouro (reforço) ... 10 320\$00
Artigo 55.º — Material de consumo corrente:			Artigo 82.º — Remunerações diárias ao pessoal empregado na limpeza do matadouro (reforço) 150\$00
Alínea a) — Artigos de expediente, impressos, livros, cadernetas e outros para desenho (reforço)	20 000\$00		Divisão 10.ª — Cemitérios públicos:
			Artigo 93.º — Despesas com o pessoal — Pessoal assalariado (reforço) 36 360\$00
			Divisão 11.ª — Serviços da biblioteca:
			Artigo 100.º — Despesas com o pessoal — Pessoal assalariado: — 1 conservador (reforço) 11 040\$00
			Artigo 103.º, alínea a) — Artigos de expediente, impressos e livros —\$—
			Alínea b) Assinatura de revistas, jornais, publicações e outros (reforço) 1 000\$00

Artigo 104.º, alínea b) — Remunerações diárias a um servente (reforço) ...	400\$00	Artigo 163.º — Despesas imprevistas (Reforço) ...	10 000\$00
Divisão 13.ª — Serviços da banda municipal:		Artigo 164.º — Diferença de vencimentos referente aos meses de Outubro a Dezembro de 1974, paga nos termos do Diploma Legislativo Ministerial n.º 3/74 — exercício findo ...	251 460\$92
Artigo 107.º — Despesas com o pessoal:		Artigo 165.º — Ao Tribunal Administrativo, pelo julgamento das Contas do Gerência de 1973 — Exercício Findo	4 853\$40
Alínea b) — Gratificação aos músicos (reforço) ...	12 940\$00	Artigo 166.º — Pagamento à JAIDA — Exercício Findo ...	23 690\$00
Divisão 14.ª — Serviços dos alpendres e lavadouro:		Artigo 167.º — Idem ao Comércio local — Exercício findo:	
Artigo 113.º — Despesas com o pessoal — Pessoal assalariado (reforço) ...	25 580\$00	Domingos António Duarte, L.da ...	20 048\$00
Artigo 116.º — Despesas de higiene, saúde e conforto — Luz, água, lavagem, limpeza e outras despesas (reforço) ...	100\$00	António R. Gomes ...	3 533\$00
Divisão 15.ª — Serviços de incêndios:		Drogaria do Leão ...	9 980\$00
Artigo 117.º — Despesas com o pessoal (reforço):		Casa Confiança L.da ...	240\$00
Alínea a) Pessoal contratado ...	9 240\$00	M. Gomes Madeira L.da ...	14 320\$00
Alínea b) Pessoal assalariado ...	11 640\$00	Farmácia Nena, L.da ...	1 001\$50
Artigo 119.º — Equipamento, fardamento e distintivos ...	1 500\$00	Farmácia Teixeira, L.da ...	301\$50
Artigo 123.º — Despesas de higiene, saúde e conforto:		Vicente Rodrigues ...	580\$00
Alínea a) — Aquisição e lavagem de roupas (reforço) ...	1 000\$00	Congel ...	1 054\$80
Alínea b) — Luz, água, lavagem, limpeza e outras despesas (reforço) ...	500\$00	Farmácia do Leão ...	746\$00
Divisão 16.ª — Serviços do depósito municipal:		Hospital S. Vicente ...	245\$00
Artigo 126.º — Despesas com o pessoal — Pessoal assalariado (reforço) ...	9 240\$00	Casa Aguinaldo V. Cruz ...	36 660\$00
Divisão 17.ª — Serviços oficiais:		Casa do Leão ...	610\$00
Artigo 129.º — Despesas com o pessoal — Pessoal contratado (reforço) ...	34 800\$00	Casa Azevedo ...	1 944\$00
Artigo 130.º — Outras despesas com o pessoal:		Jorge V. P. Serradas ...	3 565\$00
Alínea a) — Remunerações acidentais (reforço) ...	14 040\$00	Artigo 168.º — Saldo para futuras aplicações ...	46 716\$72
Alínea b) — Gratificações — Pela assistência técnica dada às oficinas (reforço) ...	1 800\$00	Soma ...	5 441 668\$54
Artigo 131.º — Aquisições de utilização permanente:		DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	
Alínea a) — De máquinas, aparelhos, utensílios e sobressalentes (reforço) ...	2 000\$00	Capítulo único, divisão única, artigo 169.º — Conclusão das obras de construção dum osário e ampliação do cemitério de Nossa Senhora da Piedade ...	112 000\$60
Artigo 132.º — Material de consumo corrente:		Artigo 170.º — Montagem e adaptação da Central Eléctrica ...	16 377\$60
Alínea b) — Outros materiais para os serviços oficiais ...	5 000\$00	Artigo 171.º — Electrificação do Bairro Madeiralzinho e outros ...	35 350\$00
Divisão 18.ª — Gabinete técnico de obras:		Artigo 172.º — Electrificação dos ex-quintações Millers ...	441 680\$00
Artigo 135.º — Despesas com o pessoal:		Artigo 173.º — Electrificação da Avenida Marginal ...	515 653\$30
Alínea b) — Pessoal assalariado (reforço) ...	26 280\$00	Soma ...	1 121 061\$60
Artigo 139.º — Despesas de conservação e aproveitamento:		Total geral ...	6 562 730\$14
Capítulo 10.º, divisão única, alínea a) — Conservação de máquinas, aparelhos e utensílios (reforço) ...	1 000\$00	Gabinete do Primeiro Ministro, 25 de Outubro de 1975. — Na Ausência do Primeiro Ministro, <i>Silvino da Luz</i> .	
Artigo 142.º — Despesas com comunicações:		—oço—	
Alínea b) — Telefone (reforço) ...	1 500\$00	MINISTÉRIO DE ECONOMIA	
Capítulo 10.º, divisão única — Despesas diversas:		Despacho	
Artigo 153.º — Placas de sinalização e nomenclatura de ruas (reforço) ...	5 000\$00	1. Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 45/75 de 3 de Novembro, transitam para o quadro de pessoal da Direcção Nacional do Comércio, como abaixo se indica, os seguintes funcionários e assalariados dos extintos Serviços de Economia e Fundo de Comercialização:	
Artigo 155.º — Expropriações por utilidade pública para efeitos de urbanização (reforço) ...	60 000\$00	Manuel Jesus do Nascimento Delgado ...	E
Artigo 160.º — Selos de recibo, assistência e contadores à Fazenda Nacional (Reforço) ...	15 000\$00	José Maria Braga Ferro Soares de Brito ...	E
		Epifânio Vitorino Ferreira ...	F
		Carlos Adriano Soulé ...	H

Aida Maria Ferreira Almeida Lopes da Luz	J
Renato Lopes	L
Joana Soares Ferreira de Conceição	L
Marline Barbosa Almeida	L
Mário Alberto Ramos Andrade	M
Oswaldo Augusto Ortet de Barros	M
Manuel de Jesus Moreno	M
Maria Celeste Mendes Marques Delgado	N
Maria Osvaldina dos Anjos Leite Fernandes	N
Edla Osvaldina Azevedo	Q
Zenaida Soulé Miranda Lima	Q
José António Barbosa Silva	T
Alceu Anilberto Pinto	T
Gregório Carvalho de Melo	T
Domingos Gomes da Costa	X
Ana Soares de Carvalho	Y
Elizabeth Mendes Andrade	Z
Tito Euclides Gomes da Costa	Z
Maria de Jesus Nascimento	Z
Maria Auxília Pires Neves	Z

2. Por urgente conveniência de serviço a transição tem efeito a partir de 1 de Novembro corrente.

Ministério de Economia, 3 de Novembro de 1975. — O Ministro, *Oswaldo Lopes da Silva*.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção Nacional da Administração Interna

Despacho do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 21 de Outubro de 1975:

José Sebastião Teixeira de Azevedo, adjunto de administrador de concelho do ex-quadro administrativo deste Estado — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde de Cabo Verde emitido em sua sessão de 16 de Outubro de 1975:

«O inspeccionado já se encontra apto a retomar o serviço.»

Direcção Nacional da Administração Interna, na Praia, 28 de Outubro de 1975. — Pelo Director, *Rui de Carvalho Pereira*.

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública

Despachos do Camarada Primeiro-Ministro:

De 21 de Outubro de 1975:

António Almeida Brito, professor de posto escolar, contratado — desligado do serviço para efeitos de aposentação, com a pensão provisória anual de 49 688\$ correspondente a 38 anos e 5 dias de serviço prestado à Administração Pública Colonial de Cabo Verde.

Silvestre da Luz Almeida, 1.º oficial dos Serviços de Economia — desligado de serviço para efeitos de aposentação, com a pensão provisória anual de 53 040\$ correspondente a 25 anos, 11 meses e 28 dias prestados à Administração Pública Colonial Portuguesa, e 1 mês e 9 dias ao Estado de Cabo Verde, totalizando, 26 anos, 1 mês e 7 dias.

(Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 21 de Outubro de 1975.)

Desliga de serviço, para efeitos de aposentação, com direito às pensões provisórias anuais abaixo indicadas, os seguintes funcionários:

Nilda Anita Avelino de Pina, 2.º oficial do extinto Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social, com a pensão provisória anual de 26 100\$, correspondente a 15 anos, 10 meses e 8 dias prestados à Administração Pública Colonial Portuguesa.

Américo Rodrigues Monteiro, professor de posto escolar, contratado dos Serviços de Educação, com a pensão provisória anual de 46 310\$50, correspondente a 34 anos, 11 meses e 15 dias prestados à Administração Pública Colonial Portuguesa.

Fortunato Lopes, distribuidor de 1.ª classe dos Serviços dos Correios e Telecomunicações, com a pensão provisória anual de 42 000\$, correspondente a 35 anos, 10 meses e 6 dias prestados à Administração Pública Colonial Portuguesa.

Eunice Azevedo Ferreira Rodrigues, 1.º oficial administrativo dos Correios e Telecomunicações, com a pensão provisória anual de 36 720\$, correspondente a 18 anos, 5 meses e 4 dias prestados à Administração Pública Colonial Portuguesa.

Inês Vieira Ferreira Oliveira Duarte, 3.º oficial de exploração dos Correios e Telecomunicações, com a pensão provisória anual de 28 500\$, correspondente a 19 anos, 1 mês e 3 dias prestados à Administração Pública Colonial Portuguesa.

Todos deverão apresentar no prazo legal, os processos de aposentação definitiva.

(Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 29 de Outubro de 1975.)

Por despachos do Camarada Ministro de Educação e Cultura:

De 2 de Julho de 1975:

Maria Alice da Cunha Ferro Ribeiro, 1.º oficial dos Serviços de Educação — desligada de serviço para efeitos de aposentação, com a pensão provisória anual de 50 292\$, correspondente a 23 anos, 5 meses e 10 dias prestados à Administração Pública Colonial Portuguesa.

(Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 20 de Outubro de 1975.)

De 12 de Outubro:

Maria da Luz Monteiro Sousa Ortet de Barros, 2.º oficial da Direcção Nacional de Educação — promovida a 1.º oficial na vaga da desligação de serviço da anterior ocupante Maria Alice da Cunha Ferro Ribeiro.

Maria José Mascarenhas Benchimol, 3.º oficial da Direcção Nacional de Educação, candidata classificada em 3.º lugar no concurso de promoção, cuja lista graduada consta do *Boletim Oficial* n.º 26/74 — promovida a 2.º oficial, na vaga de Maria da Luz Andrade Gil dos Reis.

Maria Elizabeth Gomes Madeira, 3.º oficial da Direcção Nacional de Educação, candidata classificada em 4.º lugar no concurso de promoção, cuja lista graduada consta do *Boletim Oficial* n.º 26/74 — promovida a 2.º oficial, lugar criado nos termos do Decreto n.º 7-I/75, de 10 de Setembro do corrente ano.

Leonilda Cardoso Carvalho, 3.º oficial da Direcção Nacional de Educação, candidata classificada em 5.º lugar no concurso de promoção, cuja lista graduada consta do *Boletim Oficial* n.º 26/74 — promovida a 2.º oficial, provisório na vaga de Maria da Luz Monteiro Sousa Ortet de Barros.

Roque Avelino de Pina Fernandes, aspirante da Direcção Nacional de Educação, candidato classificado em 4.º lugar no concurso de promoção, cuja lista graduada consta do *Boletim Oficial* n.º 48/72 — promovido a 3.º oficial, provisório, na vaga de Maria José Mascarenhas Benchimol.

Maria Ruthelder Moraes Leite Martins, aspirante da Direcção Nacional de Educação, candidata classificada em 5.º lugar no concurso de promoção, cuja lista graduada consta do *Boletim Oficial* n.º 48/72 — promovida a 3.º oficial, provisório, na vaga de Elizabeth Gomes Madeira.

Maria das Dores Brito Estrela, aspirante da Direcção Nacional de Educação — candidata classificada em 6.º lugar no concurso de promoção, cuja lista graduada consta do *Boletim Oficial* n.º 48/72 — promovida a 3.º oficial, provisório, na vaga de Leonilda Cardoso Carvalho.

O encargo tem cabimento nas dotações do capítulo 4.º, artigo 7.º, n.º 1, 1, alínea a) da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor.

(Visados pelo Tribunal Administrativo em 3 de Novembro de 1975).

Despachos do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 23 de Outubro de 1975:

Dr.ª Maria Tereza de Melo, médica de 2.ª classe contratada, dos Serviços de Saúde desta República, colocada na Ilha do Sal — exonerada a seu pedido das referidas funções com efeitos a partir de 27 de Outubro corrente.

De 30:

Maria da Luz Soares, habilitada com o curso de formação feminina — nomeada 3.º oficial, interina, da Direcção Nacional de Saúde, na vaga deixada por Maria Salomé dos Santos Nunes.

Maria Guadalupe Santos Faustino, licenciada em Farmácia — nomeada farmacêutica de 2.ª classe, interina, da Direcção Nacional de Saúde, lugar criado pelo Decreto n.º 39/75, de 18 de Outubro de 1975, ainda não provido.

O encargo tem cabimento nas dotações dos capítulos 4.º, artigo 132.º, n.º 1, alínea a) e 2.º, artigo 7.º, n.º 1, alínea a) da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor.

(Visados pelo Tribunal Administrativo em 31 de Outubro corrente).

Por diploma de provimento de 2 de Setembro de 1975, visado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 25 de Outubro do mesmo ano:

Júlio César Delgado Freire, habilitado com o curso de Filologia Germânica — contratado por despacho do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, de 29 de Agosto de 1975, como professor do 3.º grupo do Ensino Liceal, na vaga resultante da rescisão do contrato de Maria Cândida Gonçalves Duarte, publicada no *Diário do Governo*, n.º 97, 2.ª série, de 25 de Abril de 1974.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 74.º, n.º 1, a) do orçamento vigente.

Por diplomas de provimento de 22 de Setembro de 1975, visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 25 de Outubro do mesmo ano:

Ester de Melo Sequeira, licenciada em Filologia Germânica e curso de Ciências Pedagógicas — contratada por despacho do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, de 22 de Setembro de 1975, como professora do 3.º grupo do ensino liceal, na vaga resultante

da desligação de serviço para aposentação da licenciada Maria Fernanda de Menezes Marques.

Maria Tereza Nascimento Lima Leitão, licenciada em Ciências Sociais e Políticas — contratada, por despacho do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, de 29 de Agosto de 1975, como professora do 1.º grupo do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, lugar criado pelo Decreto n.º 48 608, de 7 de Outubro de 1968, nunca provido.

Henrique Teixeira de Oliveira, bacharel em Filosofia — contratado, por despacho do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, de 29 de Agosto de 1975, como professor do 4.º grupo do ensino liceal, na vaga resultante da exoneração concedida ao anterior ocupante, licenciado Manuel dos Santos Fraga.

Por diplomas de provimento de 24 de Setembro de 1975, visados pelo Conselho Nacional de Justiça, em 25 de Outubro de 1975:

Iolanda Augusta Vieira Ramos Canuto, bacharel em Ciências Biológicas e Curso de Ciências Pedagógicas — contratada, por despacho do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, de 29 de Agosto de 1975, como professora do 6.º grupo do ensino liceal, na vaga da rescisão do contrato da anterior ocupante, licenciada Armanda de Jesus Rodrigues.

Francisco Manuel Pimenta Lima, habilitado com o curso superior de montador electricista — contratado, por despacho do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, de 29 de Agosto de 1975, como mestre principal de electricidade da Escola Industrial e Comercial do Mindelo, na vaga de Manuel António Sotero de Almeida Brazão.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 74.º, n.º 1, a) do orçamento vigente.

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, na Praia, 31 de Outubro de 1975. — O Director, *João de Deus Maximiano*.

Administração da Imprensa Nacional

Despacho do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

Ernesto Lopes Freire, servente da Imprensa Nacional de Cabo Verde — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde, emitido em sua sessão de 11 de Setembro do corrente ano:

«O examinado já se encontra apto a retomar o serviço».

Administração da Imprensa Nacional, na Praia, 24 de Outubro de 1975. — O administrador, *A. Barreto Monteiro*.

oSo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS

Direcção Nacional de Educação

Despachos do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

De 1 de Setembro de 1975:

Eunice Jóia da Luz Barbosa Brito, 3.º oficial da Direcção Nacional de Educação — nomeada definitivamente no referido cargo, para que havia sido reconduzida por despacho de 11 de Agosto de 1972, publicado no *Boletim*

Oficial n.º 44/72, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, conjugado com o n.º 1 do artigo 118.º do mesmo Estatuto, na nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto n.º 49 165, de 2 de Agosto de 1969.

O encargo resultante deste despacho tem cabimento na doação do capítulo 4.º, artigo 74.º, n.º 1 a) da tabela de despesa ordinária do orçamento vigente.— (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 25 de Outubro de 1975).

De 9 de Outubro:

Concelho da Praia:

Antónia Vitorina Pires Fernandes de Carvalho Pereira e Helena Barbosa, professoras de posto escolar, contratadas, colocadas, respectivamente, nos Postos Escolares n.ºs 62, da Achadinha e 139, da Fazenda — autorizadas a permutar.

Concelho do Sal:

Noémia de Sabóia Ramos Celestino, professora de posto escolar, contratada, com colocação no Posto Escolar n.º 65-B, do Aeroporto — transferida, a seu pedido, para o Posto Escolar n.º 62, da Achadinha, do concelho da Praia.

COMUNICAÇÃO

Pra os devidos efeitos se comunica que foi visado pelo Tribunal Administrativo em 30 de Setembro de 1975, o diploma de provimento do professor do posto escolar, de serviço eventual, João Baptista Gomes de Pina relativamente ao ano lectivo de 1974/75.

Direcção Nacional de Educação, na Praia, 30 de Outubro de 1975.—Pela Direcção Nacional de Educação, *Pedro Nascimento Gomes*.

—o—

MINISTÉRIO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção Nacional dos Correios e Telecomunicações

Por diplomas de provimento de 20 e 21 de Outubro de 1975, visados pelo Tribunal Administrativo em 25 de Outubro de 1975:

Hermano Marciano Almeida, 1.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a chefe de serviço de exploração de 2.ª classe.
 Armindo da Luz Monteiro, 1.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a chefe de serviço de exploração de 3.ª classe.
 António Barbosa Vicente, 2.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a 1.º oficial de exploração.
 Elmira Barbosa Fernandes Brito Almeida, 2.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a 1.º oficial de exploração.
 António Silvestre Além, 2.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a 1.º oficial de exploração.
 Clarisse Lopes Barbosa Amado, 2.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a 1.º oficial de exploração.

Maria Teresa Barros Afonseca, 3.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 2.º oficial de exploração.
 Astrid Edelfrid Lima Barros Gomes, 3.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 2.º oficial de exploração.
 Eurídice Guilhermina Lima Monteiro, 3.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 2.º oficial de exploração.
 Ruth Helder Ferreira Pires Leston, 3.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 2.º oficial de exploração.
 Maria Luísa Duarte Santos Delgado, 3.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 2.º oficial de exploração.
 Alzira Frederico Duarte Lima, 3.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 2.º oficial de exploração.
 Maria da Conceição Semedo, 3.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 2.º oficial de exploração.
 Maria das Dores Moraes Chantre, operador dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 3.º oficial de exploração.
 Ana Teresa Lima, operador dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 3.º oficial de exploração.
 Virgínia Spencer Lima, operador dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 3.º oficial de exploração.
 Maria de Fátima Ferro Neves, operador dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 3.º oficial de exploração.
 Mery Onélia Silva, operador dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 3.º oficial de exploração.
 Francisco Alberto Teixeira Barbosa, operador dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a 3.º oficial de exploração.
 Eduíno Pereira Rodrigues, operador dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a 3.º oficial de exploração.
 Maria Alice Monteiro, operador dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 3.º oficial de exploração.
 Francisco Alberto Teixeira Barbosa, operador dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a 3.º oficial de exploração.
 Augusto Monteiro Lima, operador dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a 3.º oficial de exploração.
 Filipe Lopes de Jesus, operador dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a 3.º oficial de exploração.
 Pedro Ciriaco da Rocha Costa Nascimneto, operador dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a 3.º oficial de exploração.
 Alina de Lourdes Silva Barros Almeida Pereira, ajudante de tráfego de 3.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a operador.
 Felismino Spencer Lopes, distribuidor de 1.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a operador.
 Célia Natalina Azevedo Monteiro, distribuidor de 2.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a operador.
 Antero Augusto Martins Miranda, ajudante de tráfego de 2.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a operador.
 James Lucette Baptista Francisco, guarda-fios de 1.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a operador.

António Mendes de Pina, distribuidor de 2.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a distribuidor de 1.ª classe.

José Vaz Monteiro, distribuidor de 2.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a distribuidor de 1.ª classe.

Élia Ana Lopes, distribuidor de 3.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a distribuidor de 3.ª classe.

Carlos Alberto Teixeira Resende, distribuidor de 3.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a distribuidor de 2.ª classe.

Gastão Maria da Cruz Fortes, contínuo de 1.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a distribuidor de 2.ª classe.

Albertina Maria Vieira Livramento, ajudante tráfego de 3.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a ajudante tráfego de 1.ª classe.

Francisco de Assis Ramos Évora, ajudante tráfego de 3.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a ajudante tráfego de 2.ª classe.

Carlos de Jesus Teixeira, telefonista de 2.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a telefonista de 1.ª classe.

Maria António Pires, telefonista de 3.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a telefonista de 2.ª classe.

José Miguel Alves Monteiro, operador-radiotelegrafista de 3.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações promovido a operador de 2.ª classe de telex.

Hilário da Silva Sousa Brito, chefe de serviço técnico de 1.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a director de 3.ª classe do quadro do pessoal técnico.

Octávio do Quental Barbosa Vicente, chefe de serviço técnico de 2.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a chefe de serviço técnico de 1.ª classe.

Daniilo Tavares, guarda-fios de 2.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a técnico de 2.ª classe de comutação telefónica.

Anastácio Lopes Tavares, técnico de 1.ª classe de comutação telefónica dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a técnico principal de radiocomunicações.

Daniel José António da Silva Brito, técnico de 2.ª classe de radiocomunicações dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a técnico de 1.ª classe de radiocomunicações.

Eduíno Rodrigues Pais, técnico de 2.ª classe de radiocomunicações dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a técnico de 1.ª classe de radiocomunicações.

Agostinho Sança Silva, técnico de 1.ª classe de grupos de energia dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a técnico principal de grupos de energia.

Clarimundo Barbosa Rodrigues, técnico de 2.ª classe de grupos de energia dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a técnico de 1.ª classe de grupos de energia.

Policarpo Maria Andrade Gomes, técnico de 2.ª classe de grupos de energia dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a técnico de 1.ª classe de grupos de energia.

Alberto Fernandes Barbosa, telefonista de 1.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a técnico de 2.ª classe de grupos de energia.

José Correia e Silva, electromecânico dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a técnico de 2.ª classe de grupos de energia.

Pedro Alexandrino Lopes Tavares, guarda-fios principal dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a construtor de linhas de 2.ª classe.

Luís Lino Gomes, guarda-fios de 1.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a guarda-fios principal.

Agnelo Frederico Duarte Lima, guarda-fios de 2.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a guarda-fios de 1.ª classe.

Odílio Pares Fernandes Tavares, guarda-fios de 2.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a guarda-fios de 1.ª classe.

Bernardo Monteiro Semedo, guarda-fios de 2.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a guarda-fios de 1.ª classe.

Augusto Fernandes, guarda-fios de 3.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a guarda-fios de 2.ª classe.

João de Deus Cabral Dias da Fonseca, 2.º oficial administrativo dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a 1.º oficial administrativo.

Magda Barbosa Amado Gonçalves Nogueira Monteiro, 3.º oficial administrativo dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 2.º oficial administrativo.

Maria da Graça Hopffer Barreto Sousa, 3.º oficial administrativo dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a 2.º oficial administrativo.

Carlos Alberto Duarte, telefonista de 1.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a 3.º oficial administrativo.

Maria do Rosário de Fátima Martins Duarte, 3.º oficial administrativo dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a tesoureira de 2.ª classe.

Edna Maria Rocha de Carvalho, dactilógrafa de 3.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a dactilógrafa de 2.ª classe.

José Maria Monteiro, contínuo de 1.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovida a chefe do pessoal menor.

Fausto Delacath Mendes, 3.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — promovido a operador principal de telex.

Os encargos correspondentes têm cabimento na dotação do capítulo 2.º, artigo 1.º, n.º 1, alínea a), e capítulo 2.º, artigo 1.º, n.º 2 da tabela de despesa do orçamento vigente.

Por diplomas de provimento de 23 de Outubro de 1975 visados pelo Tribunal Administrativo em 25 do mesmo mês:

Abraão Cabral Semedo Levy — nomeado chefe de serviço de exploração de 3.ª classe dos Serviços de Correios e Telecomunicações, num lugar vago criado pelo Decreto n.º 20/73, de 30 de Novembro.

Etelmína de Freitas Vitória Levy — nomeada 1.º oficial de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações, no lugar deixado vago pela promoção de Armindo da Luz Monteiro a chefe de serviço de exploração de 2.ª classe. (Estes provimentos têm efeito a partir de 10 de Outubro de 1975, conforme despacho do Camarada Director Nacional dos Correios e Telecomunicações de 13 de Outubro de 1975).

Os encargos correspondentes têm cabimento na dotação do capítulo 2.º, artigo 1.º, n.º 1, alínea a) da tabela de despesa do orçamento vigente.

(Os emolumentos devidos serão descontados no primeiro título de vencimentos a abonar-se-lhes).

Direcção Nacional dos Correios e Telecomunicações, na Praia, 25 de Outubro de 1975. — O Director Nacional. *Terêncio Gregório Alves.*

Transportes Aéreos de Cabo Verde

Despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 17 de Outubro de 1975:

Miguel Valentim Cardoso, carpinteiro-estofador de 1.ª classe, contratado, dos Transportes Aéreos de Cabo Verde — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde emitido em sua sessão de 11 de Setembro findo:

«O inspeccionado encontra-se incapaz para todo o serviço por sofrer de doença grave e incurável».

Serviços dos Transportes Aéreos de Cabo Verde, na Praia, 23 de Outubro de 1975. — O Director, *Anastácio Filinto Correia e Silva*.

—oSo—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Nacional de Finanças

Despachos do Camarada Ministro das Finanças, de 4 de Setembro de 1975, visados pelo Tribunal Administrativo em 18 de Setembro de 1975:

Valdemar de Natividade do Rosário Cruz, escriturário contratado da Direcção Nacional de Finanças — concedido, nos termos do artigo 166.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, a diuturnidade de 10 % dos seus vencimentos, com efeito a partir de Julho de 1974.

O encargo resultante tem cabimento na dotação do capítulo 5.º, artigo 176.º, n.º 1, alínea a) da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor.

José de Castro Araújo, escriturário contratado da Direcção Nacional de Finanças — concedido, nos termos do artigo 166.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, a diuturnidade de 10 % dos seus vencimentos, com efeito a partir do mês de Julho do ano de 1974.

Armando Tavares Martins, escriturário contratado da Direcção Nacional de Finanças — concedida a diuturnidade de 10 % dos seus vencimentos, com efeito a partir do mês de Agosto findo, nos termos do artigo 166.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino.

Os encargos resultantes têm cabimento na dotação do capítulo 5.º, artigo 176.º, n.º 2) da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor.

De 13 de Outubro:

Alírio Vieira da Silva Fernandes, aspirante, interino, da Direcção Nacional de Finanças — exonerado do referido cargo, com efeito a partir de 9 do corrente mês, data do seu embarque para o exterior.

De 24:

Lígia Madeira Galina Barbosa Ferro, escriturária de nomeação definitiva desta Direcção Nacional — exonerada do referido cargo, com efeito a partir de 6 do corrente mês.

Alberto Silva Ramos, recebedor de Finanças de 3.ª classe, interino — exonerado do referido cargo, com efeito a partir de 9 do corrente mês, data do seu embarque para o exterior.

António Pedro Cardoso da Silva, aspirante, interino — exonerado do referido cargo, com efeito a partir da data da posse como Delegado do Procurador da República do Tribunal Sub-Regional de Santa Catarina.

De 30:

Mário da Luz Lopes Tavares, 2.º oficial, interino, da Direcção Nacional de Finanças — nomeado para, em comissão de serviço, exercer as funções de secretário de Finanças do concelho de Santa Catarina, ficando exonerado de idênticas funções que vem desempenhando no concelho do Sal.

Manuel António Sequeira, 3.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — nomeado para, em comissão de serviço, exercer as funções de secretário de Finanças do concelho da Ribeira Grande.

Hipólito Monteiro de Barros, 3.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — dada por finda a comissão de serviço como secretário de Finanças do concelho dos Mosteiros, ficando colocado nesta Direcção Nacional.

O encargo tem cabimento na dotação do capítulo 5.º, artigo 177.º, n.º 1, da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor.

Domingos Dias da Fonseca, 2.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 1.º oficial, interino, na vaga de Alexandre José António de Brito.

Clarimundo Alberto Teixeira Barbosa, 2.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 1.º oficial, interino, na vaga de Luís António dos Santos.

António Almeida Fortes, 2.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 1.º oficial, interino, na vaga de António Semedo Tavares, ficando colocado, em comissão de serviço, como secretário de Finanças do concelho de S. Vicente.

Gregório Gomes Garcia, 3.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 2.º oficial, interino, na vaga de João Horácio Monteiro.

Manuel Joaquim do Nascimento Tavares, 3.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 2.º oficial, interino, na vaga de Domingos Dias da Fonseca.

José Júlio Lopes, 3.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 2.º oficial, interino, na vaga de Roberto Bonifácio de Oliveira Fonseca.

José Maria Fermino, 3.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 2.º oficial, interino, na vaga de Francisco Querido Varela.

João da Silva Martins, 3.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 2.º oficial, interino, na vaga de Clarimundo Alberto Teixeira Barbosa.

Dâmaso de Deus Brito Barreto, 3.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 2.º oficial, interino, na vaga de Pedro António da Silva, ficando colocado em comissão de serviço, no concelho do Sal, como secretário de Finanças.

Edmundo dos Reis Borges Freire, 3.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 2.º oficial, interino, na vaga de António Nascimento da Graça, ficando colocado na Repartição de Finanças do concelho da Praia, como adjunto do respectivo secretário.

Manuel Augusto Tavares, 3.º oficial da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 2.º oficial, interino, na vaga de Joaquim Vieira Furtado.

Antonino Tavares Nunes, bibliotecário da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 2.º oficial, interino, na vaga de António Almeida Fortes.

Octávio Carlos de Barros Gomes, aspirante da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 3.º oficial, interino, na vaga de Manuel Joaquim do Nascimento Tavares, ficando colocado, em comissão de serviço, como secretário de Finanças do concelho dos Mosteiros.

Francisco David Lima, aspirante da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 3.º oficial, interino, na vaga de José Júlio Lopes.

Daniel António Pereira, aspirante da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 3.º oficial, interino, na vaga de José Maria Fermينو.

Alberto Agídio Martins Miranda, aspirante da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 3.º oficial, interino, na vaga de João da Silva Martins.

Alfredo Guy Correia dos Santos, aspirante da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 3.º oficial, interino, na vaga de Dâmaso de Deus Brito Barreto.

José João Carnaval Barbosa Fortes Rezende, aspirante da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 3.º oficial, interino, na vaga de Edmundo dos Reis Borges Freire.

Cloilde Lima Ferro, escriturária da Direcção Nacional de Finanças — nomeada 3.º oficial, interino, na vaga de Orlando Fernandes da Silva Semedo.

Custódio Zeferino Soares, escriturário da Direcção Nacional de Finanças — nomeado 3.º oficial, interino, na vaga de Manuel Augusto Tavares, ficando colocado, em comissão de serviço, como escriturário de Finanças do concelho da Brava.

Alcídia Sousa Andrade, escriturária da Direcção Nacional de Finanças — nomeada aspirante, interino, na vaga de Octávio Carlos de Barros Gomes.

Valdemar Natividade do Rosário Cruz, escriturário da Direcção Nacional de Finanças — nomeado aspirante, interino, na vaga de Severo de Pina Gomes Alfama, ficando colocado na Repartição de Finanças do concelho de S. Vicente, como auxiliar.

Maria Antonita Silva Abreu, dactilógrafa da Direcção Nacional de Finanças — nomeada aspirante, interina, na vaga de Francisco David Lima.

José da Silva Rocha, habilitado com o ex-quinto ano dos liceus — nomeado aspirante, interino, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de Daniel António Pereira.

Eugénio Sanches, habilitado com a 4.ª classe do ensino primário — nomeado escriturário de 2.ª classe, interino, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de Lígia Galina Barbosa Ferro.

Elias Correia Furtado, habilitado com o ex-5.º ano dos liceus — nomeado recebedor de 3.ª classe, interino, na vaga de Alberto da Silva Ramos.

Emitério António Colito, aspirante da Direcção Nacional de Finanças — designado para desempenhar as funções de recebedor de 2.ª classe, no concelho de S. Nicolau, por substituição.

João Luís Barbosa Vicente, aspirante da Direcção Nacional de Finanças — designado para desempenhar as funções de recebedor de 2.ª classe do concelho da Ribeira Grande, por substituição.

O encargo tem cabimento nas dotações dos capítulos 5.º, artigo 176.º, alínea a), artigos 177.º, n.º 3, e 178.º, n.º 1; e 7.º, artigo 238.º, n.º 1, alínea a) e artigo 247.º, n.º 1, alínea a), da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor.

(Visados pelo Tribunal Administrativo em 31 de Outubro de 1975).

José João Carnaval Barbosa Fortes Rezende, habilitado com o ex-5.º ano dos liceus — nomeado aspirante, provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de José Júlio Lopes, precedendo concurso documental.

Paulino Rodrigues, habilitado com o ex-5.º ano dos liceus — nomeado aspirante provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de João da Silva Martins, precedendo concurso documental.

Adriano Fortes Lopes, habilitado com o ex-5.º ano dos liceus — nomeado aspirante, provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de José Maria Firmino, precedendo concurso documental.

Rui Alberto Santos Azevedo, habilitado com o ex-5.º ano dos liceus — nomeado aspirante, provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de Orlando Fernandes da Silva Semedo, precedendo concurso documental.

José Paulino Fonseca Modesto, habilitado com o ex-5.º ano dos liceus — nomeado aspirante, provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de Dâmaso de Deus Brito Barreto, precedendo concurso documental.

António Sérgio Matos Barbosa, habilitado com o ex-5.º ano dos liceus — nomeado aspirante provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de Edmundo dos Reis Borges Freire, precedendo concurso documental.

José António dos Santos Semedo, habilitado com o ex-5.º ano dos liceus — nomeado aspirante, provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de Manuel Augusto Tavares, precedendo concurso documental.

Virgílio Dias Teixeira, habilitado com o ex-5.º ano dos liceus — nomeado aspirante, provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de Hipólito Monteiro de Barros, precedendo concurso documental.

Jorge Valadas Carvalho de Sena, habilitado com o ex-5.º ano dos liceus — nomeado aspirante, provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de José Fontes de Aguiar Veiga, precedendo concurso documental.

Armando Arnaldo Chantre, habilitado com o ex-7.º ano dos liceus — nomeado aspirante, provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de Manuel António Sequeira, precedendo concurso documental.

Carlos Alberto Lopes, habilitado com 2 disciplinas do ex-5.º dos liceus — nomeado aspirante, provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de Alcides Alberto Lopes Barbosa, precedendo concurso documental.

Orlando Bessa Soares Spencer, habilitado com 3 disciplinas do ex-7.º ano dos liceus — nomeado aspirante, provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de Admilo Waldir Fernandes, precedendo concurso documental.

Simplicio Tavares Varela, habilitado com 1 disciplina do ex-7.º ano dos liceus — nomeado aspirante, provisório, da Direcção Nacional de Finanças, na vaga de Dinis Francisco Araújo Dias da Fonseca.

Direcção Nacional de Finanças, na Praia, 31 de Outubro de 1975. — O Director Nacional, *Eurico Pinto Monteiro*.

— o s o —

MINISTÉRIO DE SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS

Provedoria de Assistência Pública

Despacho do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 21 de Outubro de 1975:

Benjamim da Fonseca Ferro, ecónomo, assalariado, de carácter permanente, da Escola de Aprendizado Agrícola-Pecuário em S. Jorge dos Órgãos, dependente desta Provedoria — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde emitido em sua sessão de 16 de Outubro de 1975:

«O examinado deve ser presente à consulta de medicina do Hospital da Praia e submeter-se a tratamento ambulatorio durante trinta dias, findos os quais deverá ser de novo presente à Junta».

Provedoria de Assistência Pública, na Praia, 30 de Outubro de 1975. — Pelo provedor, *Hermenegildo de O. Lima Ramos* — *Luis Augusto Cabral Dias da Fonseca*.

MINISTÉRIO DE OBRAS PÚBLICAS

Gabinete do Ministro

COMUNICAÇÃO

Comunica-se que o despacho do Camarada Ministro, de 11 de Setembro do ano em curso, publicado no *Boletim Oficial* n.º 13/75, nomeando Tomás Cecília Marçal para o cargo de chefe de Gabinete deste Ministério, foi visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 24 de Outubro de 1975.

Repartição de Gabinete do Ministério das Obras Públicas, na Praia, 24 de Outubro de 1975.—O chefe de Gabinete, *Tomás Cecília Marçal*.

—oço—

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AGUAS

Direcção Nacional de Agricultura, Florestas e Pecuária

Despacho do Camarada Ministro de Agricultura e Águas:

Designa a constituição do seguinte júri para os concursos de vagas de assistentes técnicos de 1.ª classe e auxiliares técnicos de 2.ª classe da Brigada Técnica de Fomento Agrário, abertos por anúncios publicados no *Boletim Oficial* n.º 10 de 6 de Setembro do corrente ano:

Horácio Constantino da Silva Soares — engenheiro agrónomo — Director Nacional;

António Simas de Oliveira Vera Cruz — engenheiro agrónomo;

Miguel António Lima — engenheiro agrónomo;

Ramiro Gomes de Azevedo — chefe de secretaria, por acumulação.

Direcção Nacional de Agricultura, Florestas e Pecuária, na Praia, 23 de Outubro de 1975.—O Director Nacional, *Horácio Constantino da Silva Soares*, engenheiro agrónomo.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 1 de Outubro de 1975:

Euclides Mendes Araújo, dactilógrafo da Procuradoria da República, onde presta serviço há 8 anos, e Apolinário Sanches Tavares, dactilógrafo do 2.º Cartório, com 22 anos de serviço prestado — nomeados ajudante de escrivão de Direito, interinos, nas vagas de Pedro da Luz Monteiro e Jorge Rodrigues Pires, respectivamente.

Aline Delgado Freire Soares de Carvalho, que vinha desempenhando as funções de intérprete — nomeada dactilógrafa, interina, da Procuradoria da República de Sotavento, na vaga de Euclides Mendes Araújo, nomeado ajudante de escrivão, interino.

Bernardino Lopes da Graça, oficial de diligências, interino, do Tribunal Sub-Regional de Santa Catarina — nomeado oficial de diligências, interino, do Tribunal Regional de Sotavento, na vaga deixada por Alberto Martins, mandado reverter à sua categoria de intérprete.

Por motivo de urgência, entraram imediatamente no exercício dos respectivos cargos sem dependência prévia do visto ou da publicação.

Os encargos resultantes têm cabimento na dotação do capítulo 6.º, artigo 203.º, n.º 1, alínea a) da tabela de despesa ordinária do orçamento para 1975.

De 6:

Gualdino Gomes Silva e Sousa — nomeado dactilógrafo do 2.º Cartório do Tribunal Regional de Sotavento, na vaga de José Mário Cordeiro Mendonça, mandado transitar

para a vaga de Apolinário Sanches Tavares, nomeado ajudante de escrivão de Direito, interino, tendo entrado imediatamente no exercício do cargo sem dependência prévia do visto ou da publicação.

O encargo resultante tem cabimento na dotação do capítulo 6.º, artigo 203.º, n.º 2, da tabela de despesa ordinária do orçamento para 1975.

(*Há lugar ao pagamento dos emolumentos devidos pelo «visto» do Tribunal Administrativo*).

(Visados pelo Tribunal Administrativo em 25 de Outubro de 1975).

Ministério da Justiça, na Praia, 25 de Outubro de 1975.—O chefe de Gabinete, *Arlindo Horácio Gomes*.

Conselho Nacional de Justiça

Por ter saído inexacto no *Boletim Oficial* n.º 17, de 25 de Outubro do corrente ano, novamente se publica o seguinte extracto de acórdãos:

Relator: Dr. Raúl Querido Varela, presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Processo n.º 12 760:

Josefina Maria Alves, como chefe da Estação Radiotelegráfica Postal da Vila de Ribeira Brava, de 11 de Junho a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 147 557\$20, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 12 777:

Felismino Spencer Lopes, como responsável pelos móveis e utensílios da Estação Urbana da Fazenda, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por acórdão de 3 de Outubro de 1975, com o saldo de 40 455\$, a transitar para a gerência seguinte.

Está conforme:

Secretaria do Conselho Nacional de Justiça, na Praia, 28 de Outubro de 1975.—O secretário, *Hélio Alves Cordeiro Gomes*.

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

BANCO DE CABO VERDE

Inspeção do Comércio Bancário

Notas e moedas estrangeiras

B. D. I. de 10/10/75

N.º 18/75

Notas:		Compra	Venda
África do Sul	Rand	26\$10	31\$31
Alemanha	Marco	10\$63	11\$42
América 1 e 2 dólares	Dólares	27\$08	28\$79
América 5 a 1 000 ...	Dólares	27\$58	29\$29
Argentina	Peso Novo	—\$—	—\$—
Áustria	Xelim	1\$50	1\$62
Bélgica	Franco	\$704	\$758
Brasil	Cruz. novo	2\$65	3\$34
Canadá	Dólar	26\$10	27\$78
Dinamarca	Coroa	4\$43	4\$85
Espanha	Peseta	\$49	\$54
França	Franco	6\$00	6\$67
Holanda	Florim	10\$29	11\$11
Inglaterra	Libra	56\$63	62\$12
Itália	Lira	\$039	\$048
Marrocos	Dirham	5\$41	6\$27
Noruega	Coroa	4\$92	5\$36
Suécia	Coroa	6\$00	6\$67
Suíça	Franco	10\$09	11\$01
Japão	Yene	\$068	\$096
C. F. A.	Franco	\$11	—\$—

Inspeção do Comércio Bancário, na Praia, 27 de Outubro de 1975.—O inspector, *José Maria Cardoso*.

Cotações de câmbios em 16/10/75

B. D. I. de 10/10/75

N.º 37/75

Países	Moedas	Compra	Venda
London	1 Libra	54\$73	55\$85
New York	1 Dólar	26\$76	27\$26
Amsterdão	100 Florins	999\$87	1 018\$96
Bruxelas	100 Francos	68\$26	69\$53
Copenhague	100 Coroa	441\$25	449\$40
Estocolmo	100 Coroa	605\$70	616\$91
Hankov R. F. A.	100 Deut Mark	1 032\$49	1 050\$98
Helsinki	100 Markka	687\$09	699\$92
Oslo	100 Coroa	480\$18	489\$29
Otava	1 Dólar	26\$01	26\$50
Paris	100 Francos	603\$47	614\$60
Pretória	1 Rand	30\$89	31\$54
Roma	100 Liras	3\$9356	4\$0152
Tóquio	100 Iene	8\$8782	9\$0537
Viena	100 Xelins	145\$44	148\$03
Zurique	100 Franco	997\$10	1 014\$13
Madrid	100 Pesetas	45\$62	46\$50
Clearings			
Berlim (Rep. Dem. A)	1 Mark	—\$—	—\$—
Budapeste	100 Forint	—\$—	—\$—
Praga	100 Coroa	—\$—	—\$—

Inspeção do Comércio Bancário, na Praia, 27 de Outubro de 1975.—O Inspector, José Maria Cardoso.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública

AVISO

O Camarada Ministro da Economia, por despacho de 24 de Setembro próximo findo, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5-B/75, de 23 de Julho de 1975, determinou um inquérito para avaliar a real situação da Empresa Industrial Construtora, Ld.ª, nesta ilha de Santiago.

Assim, a respectiva comissão de inquérito convida todas as pessoas, singulares ou colectivas, que tenham créditos sobre a dita Empresa, a apresentar as suas reclamações no prazo de 10 dias, a contar da data da publicação do presente aviso no *Boletim Oficial*.

Praia, 27 de Outubro de 1975.—Pela comissão, João de Deus Maximiano.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA

Direcção Nacional do Comércio

AVISOS

Por determinação do camarada Ministro de Economia nenhum importador poderá vender veículos automóveis (ligeiros e pesados) sem que os preços de venda dos mesmos sejam previamente homologados por esta Direcção Nacional.

De acordo com o determinado pelo Camarada Ministro de Economia, fixam-se os seguintes preços para a venda ao público dos automóveis da marca «Toyota»:

«Toyota Sedam 1000»	123 000\$00
«Toyota» para carga (carrinha)	115 000\$00
«Toyota Corolla 1200»	143 000\$00

Direcção Nacional do Comércio, na Praia, 3 de Novembro de 1975.—Pelo Director, José Maria Soares de Brito.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

ANÚNCIO DE CONCURSO

De conformidade com o despacho do Camarada Ministro da Justiça, de 1 de Outubro de 1975, se faz público que se acha aberto concurso de provas práticas pelo prazo de trinta dias a contar da data da publicação do presente anúncio no *Boletim Oficial*, para provimento de um lugar de dactiloscopista do quadro do Arquivo do Registo Criminal e Policial da Região de Sotavento.

A admissão ao concurso deverá ser solicitada em requerimento dirigido ao Camarada Ministro da Justiça, com a assinatura reconhecida por notário, em que o candidato mencionará o nome, idade, estado, profissão, nacionalidade, filiação, domicílio, número e data do Bihete de Identidade.

O requerimento deverá ser entregue na Direcção Nacional do Trabalho e Função Pública, instruído com os documentos comprovativos das seguintes condições:

- Nacionalidade caboverdiana;
- Idade compreendida entre 21 e 35 anos, salvo os casos em que o concorrente já seja funcionário;
- Habituação do antigo 5.º ano dos liceus;
- Idoneidade civil;
- Ter o curso de dactiloscopista ou prática de serviço de dactiloscopia;
- Capacidade profissional;
- Aptidão física;
- Outros documentos que possam favorecer a sua classificação.

Direcção Geral dos Registos e Notariado, na Praia, 23 de Outubro de 1975.—O Director Geral, Arlindo Vicente Silva.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Conservatória do Registo Civil da Região de Sotavento

Extracto de portaria:

De 15 de Outubro de 1975:

Virgínia Canuto, solteira, maior, doméstica, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda do concelho do Fogo, residente no sítio de Achadinha subúrbios desta cidade da Praia, filha de Maria Assunção Canuto, autorizada a usar e manter o nome de Ana Canuto, devendo requerer o competente averbamento na Delegação do Registo Civil do concelho do Fogo, onde se encontra inscrito o seu assento de nascimento, nos termos do n.º 3.º do artigo 173.º do Regulamento do Registo Civil, vigente.

Conservatória do Registo Civil da Região de Sotavento, na Praia, 13 de Outubro de 1975.—O substituto legal do Conservador, Octávio Gomes Lúcio, ajudante.

(33)